



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, as dezenove horas, reuniu-se no Plenário Leopoldo Venturi, nas dependências da Câmara de Vereadores de Agronômica, o Contador da Prefeitura Municipal Sr. Gerson Chaves Cabral para presidir a Audiência Pública de Avaliação de Metas Fiscais do 1º trimestre do ano de dois mil e dezenove. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Sr. João Almir Alexandre declarou aberta a Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais referente ao primeiro trimestre de dois mil e dezenove. Em seguida, passou a palavra ao contador da Prefeitura Municipal, Sr. Gerson Chaves Cabral, que agradeceu a presença de todos e deu início a sua explanação utilizando-se de *power point*, para auxiliar e contribuir com a compreensão do público presente. Num primeiro momento de sua apresentação reforçou que a audiência pública de Avaliação de Metas Fiscais é um dos mecanismos de controle fiscal inserido na LRF, que de uma forma genérica, trata da avaliação das receitas, despesas e dívidas da Administração, conforme previsto no §1º do art. 1º e §4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sua realização é uma das formas de participação do povo e também é uma das formas da Administração Pública exercer o princípio da transparência, cumprindo com a legislação pertinente. Em seguida explanou sobre as receitas provenientes de impostos em ações e serviços públicos de saúde, que totalizaram em R\$5.281.605,60, e as despesas próprias com ações e serviços, que totalizaram em R\$784.686,38. Com esse resultado, houve uma aplicação em saúde de 14,86%. Porém, a exigência legal de 15% no mínimo é anual. Em seguida, foi demonstrado o índice aplicado na educação de 24,29%, em relação aos recursos obtidos através das receitas de impostos e das receitas de transferências legais e constitucionais, que totalizaram R\$5.281.605,60, onde o total de despesas foi de R\$1.282.649,08. Então, até o término do primeiro trimestre do exercício de dois mil e dezenove não cumpriu-se com a exigência legal, que é de no mínimo 25%. Porém, a exigência legal refere-se ao término desse exercício. Dando sequência a audiência, o contador da Prefeitura Municipal demonstrou que houve uma aplicação de 97,22% com os recursos destinados aos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública, em relação aos recursos totais recebidos do FUNDEB, atendendo assim o mínimo que é de 60%. Assim, a receita foi de R\$759.270,94 e o total das despesas com o FUNDEB para fins de limite foi de R\$738.606,82. Em seguida, foi apresentado o comportamento das Metas de Arrecadação, sendo que a Receita Prevista foi de R\$7.951.421,19 e a Receita Realizada foi de R\$6.514.951,50. Com esses valores, as receitas previstas infelizmente ficaram em R\$1.436.469,69 abaixo das receitas previstas para o período em referência. Demonstrou em seguida que houve um Superávit Orçamentário Consolidado no valor de R\$46.701,35 referente as despesas liquidadas e um Déficit Orçamentário Consolidado de R\$1.374.856,94 referente as despesas empenhadas. Em seguida, fez-se a apresentação do comportamento da Receita Corrente Líquida, que contempla o somatório das receitas nos últimos doze meses, totalizando R\$18.286.295,61. Esclareceu que a Receita Corrente Líquida é tomada por base para se apurar os índices de Gastos com Pessoal. Os Gastos com Pessoal do Poder Executivo, no 1º trimestre de dois mil e dezenove correspondeu a 47,31%, cumprindo assim com o limite de alerta que é de 48,60%, com o limite Prudencial que é de 51,30% e com o Limite Máximo que é de 54%. O total das despesas com Pessoal do Poder Legislativo correspondeu à 3,59% da Receita Corrente Líquida, cumprindo assim com todos os limites impostos pela LRF. Os Gastos com Pessoal do Município, onde consolidam os dois poderes, somaram a importância de R\$9.307.776,02, correspondendo a 50,62% da Receita Corrente Líquida, demonstrando assim até o primeiro trimestre desse exercício o cumprimento do artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalta-se que o limite máximo anual de 60% para os Gastos com Pessoal é uma exigência a ser cumprida ao término do exercício. Seguindo a explanação, o Sr. Gerson fez uma demonstração das transferências financeiras realizadas no 1º trimestre de dois mil e dezenove para o Fundo Municipal de Assistência Social, que foi de R\$49.342,82, para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência que foi de R\$520,00, para o Fundo Municipal de Saúde que foi de R\$685.876,99 e para a Câmara de Vereadores que foi de R\$366.000,00. Demonstrou também os investimentos realizados ao término do 1º trimestre totalizados em R\$413.221,26, correspondendo a 7,78% do previsto para o exercício de dois mil e dezenove. Ainda foram demonstrados os valores orçados na LOA para os programas do PPA e alterações orçamentárias para o exercício de dois mil e dezenove totalizados na importância de R\$24.903.933,36, ficando um saldo ao término do primeiro trimestre de dois mil e dezenove de R\$17.020.680,85. E assim, o orçamento foi reduzido na importância de R\$7.883.252,51. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada as apresentações das metas fiscais, referentes ao 1º trimestre do ano de dois mil e dezenove. O Sr. João Almir Alexandre declarou por encerrada a audiência pública. Fez-se então o devido registro da ata, a qual foi lavrada e assinada por mim _____ Erenice Wessler, ocupante do cargo de Oficial Nível Médio da Câmara de Vereadores de Agronômica. Os demais assinaram no “Livro de Presença” totalizando 16 pessoas. Agronômica/SC, 30 de maio de 2019.